

SÉRIE ANTROPOLOGIA

280

**AS TECNOLOGIAS DE SEGURANÇA E A
EXPANSÃO METONÍMICA DA VIOLÊNCIA**

José Jorge de Carvalho

**Brasília
2000**

As Tecnologias de Segurança e a Expansão Metonímica da Violência

José Jorge de Carvalho
Depto. de Antropologia - UnB

I. A violência e o discurso violento¹

Os estudos sobre a violência policial contidos neste livro, todos resultantes de pesquisas realizadas por especialistas, farão ainda mais sentido se vistos como parte de uma preocupação geral por compreender e equacionar a violência brasileira como um todo.² A violência policial é sintoma chave desse clima implícito de guerra civil em que vivemos, na medida em que se manifesta na trincheira entre os dois contingentes humanos que se enfrentam mortalmente enquanto se matam. De um lado está o campo dos que têm, dos que controlam o acesso ao discurso público e que estão incluídos no manto do estado e no circuito maior do consumo; do outro lado se colocam os que não têm, isto é, os que se vêm despossuídos e excluídos das instâncias decisórias e da riqueza que geram. De um lado, os que exigem a violência policial; do outro, os que sofrem com a sua manifestação.

O próprio termo violência policial carrega consigo um subtexto de impropriedade. Seu uso conota a presença de algo que não devia apresentar-se tal como o faz, qual seja: a frequente presença de excesso de violência, de abuso de poder, de desmesura, de descontrole, como se isso fosse específico da ação da polícia e não uma característica do todo social brasileiro. Aponta também para o lado ilegítimo da ação pacificadora das instituições do Estado, cuja promessa de modernidade inclui o monopólio e o uso racional e legal da força e da violência. Como termo nativo, a violência policial está na boca de líderes comunitários e porta-vozes das populações pobres, periféricas, que são vítimas dessa violência. Não é, na mesma medida, insistamos, termo nativo das populações urbanas ricas, pois estas raramente são vítimas da violência policial. Como termo analítico, é parte da fala de um sujeito que incorpora a consciência cidadã e que se vê distanciado da guerra social urbana brasileira, já não apenas no plano da denúncia e da queixa (certamente legítimas) das populações desatendidas, mas também no plano de tentar regressar a um estado de direito do qual nos estamos desviando perigosamente a cada ano que passa.

O segmento com maior poder, que apóia a intensificação da violência policial, se preciso for, para além da legalidade (afinal, controla a manufatura e a interpretação das leis), na tentativa de afastar as classes populares “perigosas” de sua proximidade, é o mesmo que deseja intensificar no país a instalação de aparelhos tecnológicos de segurança. Sua intenção é clara: combinar a violência direta da ação humana, tanto física quanto mediada por armas de fogo, com a violência indireta de segregar o contingente pobre do acesso aos seus espaços de circulação, que cada vez mais se expandem para abarcar lugares e implementos que antes eram de domínio

¹Texto preparado como contribuição para o livro *Violência Policial: Tolerância Zero?*, a ser publicado pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.

²Agradeço a Rita Segato, Roberta Salgueiro, Pedro Paulo Pereira, Sales Augusto, Luís Ferreira, Joanildo Burity e Benjamin Arditti pela generosidade das críticas, correções e sugestões.

público. Por tal motivo, é preciso pensar junto a ação policial violenta e a generalização das tecnologias de segurança. São dois pólos de uma mesma vontade - cada vez mais violenta, obviamente - de perpetuar a colocação do Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. O pressuposto deste ensaio é de que a expansão dessas tecnologias incide diretamente sobre a nossa desigualdade social e ajuda a expandir a violência ao invés de domesticá-la.

Todos os estudos especializados realizados nas duas últimas décadas apontam para um crescimento alarmante da violência no Brasil, tanto urbana quanto rural. O parâmetro maior dessas pesquisas tem sido, evidentemente, a taxa de homicídios, que já coloca o Brasil como o segundo país mais violento da América Latina depois da Colômbia e o descreve com um perfil análogo ao de países da África e do Oriente, que passaram recentemente ou que ainda vivem em estado de guerra civil. Além desse parâmetro básico, os analistas não deixam de registrar a hipertrofia, país a fora, dos frequentes climas de horror gerados pelos inúmeros seqüestros, pelas rebeliões em casas de detenção e instituições de correção de menores, pelos assaltos e roubos de dimensões espetaculares. Mais angustiante ainda se torna o quadro quando se contabilizam os atos violentos de grande comoção nacional que contam com nomes fixos: as infundáveis chacinas; os massacres, como Carandiru, Candelária, Eldorado de Carajás; as guerras de gangues; os incêndios de seres vivos, como o de muitos mendigos e do índio Pataxó em Brasília; e os estuproseguidos de morte.

Paralelamente, então, ao crescimento dessas ocorrências de assassinatos, crescem também os inúmeros discursos sobre a violência. A sociedade brasileira passa a ser descrita, cada vez mais veementemente, por todos os atores envolvidos nesse tema, como uma sociedade violenta. Os analistas se distinguem mutuamente pelo tipo de diagnóstico que oferecem: alguns se dedicam a argumentar por que ela é mais violenta que outras sociedades que despertam seu interesse, sejam elas equivalentes ou não; e outros procuram explicar, ou entender, por que é mais violenta agora que em outros momentos de seu passado, pinçados como referência significativa. No clima atual de preocupação pela dimensão global da violência, em suas múltiplas dimensões, já invade o senso comum, através da mídia, essa concepção de que toda sociedade humana de hoje é violenta, em maior ou menor grau. Enfim, após um século de discurso psicanalítico, a violência social passa a ser vista quase como uma transposição, para o plano coletivo, da suposição freudiana básica da neurose individual. E essa suposta inescapabilidade da violência humana como destino é capitalizada pela elite brasileira no seu projeto de instauração de um discurso hegemônico cuja finalidade básica é deslocar o clima de insatisfação popular com nossa injustiça social crônica e permiti-la construir-se na posição de vítima dos conflitos letais interpessoais e sociais no país, de cuja intensificação ela é, de fato, a principal responsável, tal como apontado justamente por todos os organismos internacionais que medem o crescimento das taxas de violência no Brasil.

Continuando na tentativa de equacionar o lugar do discurso analítico, são as taxas de homicídio por cada cem mil habitantes que permitem estabelecer, de um modo racional e adequado às políticas dos organismos internacionais, a hierarquia de qualidade de vida no corpo social dos cento e oitenta e dois países do planeta. Paradoxalmente, assim, é pelo posicionamento relativo numa escala estritamente quantitativa de incidentes de homicídios que se traduz a noção, altamente qualitativa, da experiência de paz coletiva nas sociedades humanas. Este índice está, obviamente, distante da capacidade de observação empírica dos cidadãos e não é menos abstrato, por exemplo, que as taxas numéricas de substâncias químicas reveladas ao especialista por meio de um exame de sangue. Trata-se de generalizações estatísticas, contudo, exercitadas em nome de algo muito concreto: o sinal vermelho do perigo de um organismo que busca a sobrevivência

- num caso, o corpo de um ser humano; no outro, o “corpo” de uma cidade, de uma região, de um território, de um país.

A taxa de homicídios, é preciso insistir, é discurso de especialista e mesmo nos países do chamado Primeiro Mundo as instituições oficiais encontram dificuldade nas tentativas de disseminar esse índice abstrato entre a população para que esta possa aprender a decodificar o seu significado. Aqui embaixo do equador, o cidadão comum, habitante de um país em que a maioria da população é analfabeta ou semi-letrada, não opera facilmente com a abstração das escalas, das cifras gerais, ou das taxas, principalmente quando elas se distanciam da esfera da economia, a única ainda capaz de mobilizar algum tipo de reação popular frente o especialista. Os discursos hegemônicos sobre a violência, portanto, ganham concretude através de retóricas distantes do universo reduzido dos analistas. É de se supor, então, que a mera divulgação, por si só, das taxas relativas de homicídios não explicariam a percepção do grau de violência de uma sociedade. Na verdade, jogam-se centésimos e milésimos de um por cento de homicidas entre as nações do mundo. Exemplos: o surto destrutivo de certas regiões da Colômbia no pico do poder intimidatório do cartel de Medellín, onde essa taxa alcançou aterradores 140 homicídios por cada cem mil habitantes; o Rio de Janeiro, perto de uma situação de esfacelamento anômico ao cruzar o umbral dos 80 homicídios ao longo da última década; New York e Chicago nos anos 80, com 78 homicídios entre os negros confinados aos guetos arruinados; e os pacíficos países nórdicos, que flutuam entre uma e no máximo duas dezenas... taxa que é, curiosamente, a dos homicídios cometidos por mulheres, mesmo numa cidade tida como violenta como o Rio de Janeiro. O que já nos sinaliza uma linha de análise da violência brasileira: a violência dos homens. Voltaremos a esse tema.

Virando esses índices de cabeça para baixo: afinal, qual é a porcentagem de seres humanos que se atrevem a cruzar o umbral da violência regeneradora e matam? Em Medellín, 0,0014% da população; no Rio de Janeiro, 0,00075% dos cariocas; em Copenhague, 0,00018 dos habitantes. Porcentagens baixas? Altas? Próximas entre si? Radicalmente diferentes? Temos que pensar aqui em simular um exercício de “tradução cultural” dos parâmetros de violência. Mesmo em países de baixas taxas (os países pacíficos, como os nórdicos, por exemplo) poucos homicídios podem gerar discursos capazes de difundir sentimentos de medo e insegurança comparáveis aos de países quantitativamente mais violentos. Discursos sobre o “terrorismo”, sobre a “feitiçaria”, sobre estupros, entre outros, dissolvem e confundem o projeto de racionalidade e objetividade comparativa presente nos parâmetros quantitativos dos especialistas. Um efeito de retroalimentação é constitutivo da dinâmica de percepção dos atos violentos: racismo, xenofobia, etnocentrismo, disputas de caráter religioso, ideológico, são tingidos pela identificação das causas dos surtos violentos e com isso se intensificam: o terrorismo e a feitiçaria, já de por si desestabilizadores, são motivos para a produção e acirramentos de ódios raciais, étnicos e semelhantes - de novo, tornando uma sociedade qualitativamente mais violenta em seus próprios termos.

Uma primeira ruptura, então, não de todo secundária, se instaura aqui: a especialização, inevitavelmente revestida de hermetismo, da interpretação acadêmica da violência. Retirado da cena comum esse discurso, que visa uma neutralidade axiológica e um distanciamento para oferecer um diagnóstico, o campo se expande por discursos vários, a maioria deles calcados na capacidade de seduzir, outros no interesse de interpretar. No caso do Brasil, abundam os discursos sobre a violência que se apresentam com um halo de modernidade e puxam o campo de significado da taxa dramaticamente crescente de homicídios para uma problemática supostamente atual em termos “globais”: o narcotráfico, a guerra entre máfias e gangues, os sequestros profissionais, os assaltos em toda a sua variedade de formas urbanas, etc. Constrói-se

aqui toda uma aparência de proximidade com a violência urbana encontrada no Primeiro Mundo e muito especialmente nos Estados Unidos. Os discursos sedutores da violência assumem essa dimensão internacionalizante, ainda que de um modo especular ou reativo, sobretudo porque a taxa relativa de homicídios foi construída também para fixar, ainda que involuntariamente, todo ser humano a um tipo único de pertencimento básico: a nação.

Além da maioria reagir contra a violência, uma parte da população - minoritária, certamente, porque os seus discursos se difundem sobretudo pela escrita - começa a reagir contra o discurso da violência consumido pela maioria da pessoas com menor relação com o universo escrito, alegando que esse discurso, capaz de provocar uma reação ambígua, definida como mórbida, nas massas incultas, conduz a um afastamento negentrópico da sonhada paz ou harmonia social. Quanto ao seu próprio grupo de interesse, essa minoria elitizada sustenta que a disseminação descontrolada de discursos sobre a violência instaura um clima cada vez mais intenso e generalizado de desassossego, que potencializa o medo à violência... cuja reação, freqüentemente, é de violência reativa, ou defensiva, ou profilática. Assim, em vez de contribuir com um efeito pacificador dos ânimos, o discurso sobre a violência costuma mimetizar o esfacelamento da harmonia provocado pelos crimes violentos que se quer afastar, repudiar, esquecer, superar, sublimar, punir. O discurso sobre a violência parece colar-se ao fenômeno de tal forma que o ato de compreensão é freqüentemente um ato de contaminação, de cópia, de reprodução estrutural - o discurso sobre a violência é quase sempre um discurso perigosamente violento.

Ele convoca a paranóia, quando não a intolerância, e embaça a visão serena na busca de alternativas de pacificação dos ânimos. Esse caráter de contágio é provavelmente um dos efeitos mais negativos dos discursos sedutores sobre a violência quando se intensificam e se expandem pelo corpo social, como é o caso da sociedade brasileira hoje: ele desafia o próprio analista a participar da paranóia coletiva. O discurso da teoria, alerta-nos Freud, é vizinho do sentimento paranóico que combina sentimentos de temor e onipotência. Retroação de retroações, portanto, é o convite ao leitor formulado pelo especialista: comecemos pelo alerta de pacificar a escrita analítica e as reações que ela provoca nos cidadãos que se sentem impotentes diante da violência que absorvem.

A discussão sistemática sobre a violência instaura um campo discursivo novo, que também contribui para a desestabilização do processo coletivo de comunicação já estabelecido. Começa a surgir no Brasil um novo ator social, localizado sobretudo nas universidades, nas ONGS e nos Institutos de Pesquisa do estado, há tempos conhecido na Colômbia como “violentólogo”: o especialista em violência social. Essa palavra vem sendo utilizada na mídia política e nos grupos intelectuais do país vizinho como um pejorativo, o significante violentólogo assumindo um lugar de ícone da desagregação nacional: a sociedade colombiana se apresenta saturada, não somente dos crimes violentos, mas também dos discursos dos violentólogos. E trata-se de um campo discursivo já tão estabelecido e diversificado a ponto de existirem atores sociais reconhecidos como violentólogos que se posicionam contra a violentologia! Isso nada diz, obviamente, sobre a qualidade da reflexão contida nessas obras sobre violência. O clima de horror diante da violência homicida colombiana está bem captado no título de um livro da antropóloga Victoria Uribe sobre as faces múltiplas e interrelacionadas da desagregação do tecido social no seu país: *Matar, Rematar, Contramatar*. Traduzindo o título da obra, premiada por seu valor acadêmico: matar apenas já é pouco; é preciso assassinar o outro, morto, de novo,

isto é, re-matá-lo (*rematar*) e matá-lo ainda mais uma vez (*contramatar*) para profanar e deformar o corpo inerte, que carrega o signo do que um dia foi o indivíduo que se eliminou violentamente. Acredito que é questão apenas de tempo para que expressões equivalentes, em português, apareçam em títulos de obras sobre violência no Brasil.

Ampliando esse horizonte de questões, identifico aqui uma correlação que me atrevo a definir como verdadeira: crescem os mecanismos tecnológicos de exclusão na mesma medida em que aumenta a violência. E que tipo de causalidade é essa? Os grupos responsáveis pela perpetuação da desigualdade social são os mesmos que produzem, propagam, compram e vendem as tecnologias de segurança. Estar seguro, para os poderosos, é contar com as condições para defender-se de um assalto. Procuram, então, disseminar um discurso racionalizador no qual eles se colocam como guardiães de uma ordem que está ameaçada por elementos ou grupos anti-sociais, desumanos, bárbaros, foras da lei. Sua posição, supostamente apenas reativa, serve de fato como um discurso ideológico interessado em desviar a análise da estrutura historicamente gerada de desigualdade, fundado por uma violência por eles perpetrada, colocando o foco da discussão numa conjuntura de enfraquecimento da ordem na qual está plenamente justificada a violência reativa. Esse sistema não tem como esconder toda a verdade sobre si mesmo, porém, para que sua desigualdade seja minimamente naturalizada, desloca uma parte do discurso sobre suas diferenças para uma dimensão da fantasia que expõe livremente aquilo que é proibido falar na realidade nua e crua. Esta fantasia se organiza em forma do discurso publicitário: a família rica aparece na cobertura do edifício dito de luxo, curtindo a boa vida, distante do espaço social misturado de seres oriundos de classes, cores, etnias e regiões diferentes: está feliz em seu mundo onde só penetram iguais. Na lógica desse paraíso, qualquer desordem social, qualquer desequilíbrio de forças vem de fora - como se a distribuição de riqueza, que favoreceu escancaradamente os habitantes desse paraíso não fosse um dos fatores principais de expansão da violência no Brasil.

Analisando um pouco mais esse quadro, pode-se supor que a violência se independiza do ato violento em busca de expandir-se. Na lógica dos poderosos da cobertura (e da classe média que sonha com esse poder) a violência é o que precisa ser eliminado, reprimido; é o desumano, é coisa de bandido. O ato violento encomendado aos seguranças pelas pessoas auto-definidas como “de bem” está a priori justificado porque supostamente ajuda a combater a violência. Essa expansão reativa, que carrega consigo o álibi e a chantagem modernizadora das “novas tecnologias” (tudo o que é “de ponta” é bem-vindo, todo o estado da arte, em qualquer setor tecnológico, empurra o país em direção ao almejado futuro da modernização), distancia-se cada vez mais da lei da república, da cidadania, e aproxima-se da lei do clã, etnocêntrica e discricionária. São os “fast tracks” da economia neo-liberal transferidos para a área da segurança, que por sua vez já são também um eufemismo para uma outra vontade anti-democrática: a exclusão e eliminação física de todo elemento considerado perigoso, ameaçador, perturbador (na verdade, poluidor). E por que perturba? Nas mais das vezes porque já é estranho, desconhecido, socialmente marginal, em qualquer setor tecnológico e econômico. Ocorre aqui uma poderosa compressão de planos que estimula a expansão metonímica da violência por parte dos poderosos contra as classes populares: a segregação social; a exploração no trabalho e a exclusão econômica; o silenciamento das reivindicações e da representação política; a perseguição policial discricionária; a discriminação por classe, raça e origem; a proibição de circulação por espaços antes inteiramente públicos; a impunidade diante do uso de métodos tecnológicos de segurança causadores da violência auto-definida como reativa.

A tecnologia, sempre vendida como “do bem”, oferece o álibi da prótese distanciadora, para afastar esse outro que perturba sem o envolvimento subjetivo provocador de culpa, piedade,

compaixão, reflexão, pensamento lateral, virada alternativa, revisão de posições. O oposto disso é o que passa hoje por segurança tecnológica no Brasil: decisão tomada, tolerância calculada, reação automática, erradicação completa... solução final.

II. Velocidade e força: a ostentação das máquinas

O discurso brasileiro da inovação tecnológica na segurança é um álibi perfeito para encobrir a violência gerada pelo exercício cotidiano da desigualdade, inevitavelmente prepotente. É notável, por exemplo, como tem aumentado o número de veículos altos e enormes, ainda com a função de carros de passeio, de tamanho excessivo em relação à superfície de uma vaga no espaço urbano e intimidadores diante dos carros de tamanho normal: possuem grossas barras de ferro na frente, protuberâncias de meio metro na traseira, tubos robustos sobressaindo acima da carroceria, todos sinais de força, de beligerância. São máquinas que emitem um discurso silencioso e violento - de coerção, de pressão, de imposição, de privilégio espacial e dinâmico, de exclusão dos menores e mais baixos. Parecem denotar uma nova voracidade descontrolada, um tipo de obesidade mecânica patologicamente agressiva. Como uma arma de fogo amplia o braço, elas ampliam o campo protético do corpo bélico em movimento que não abre brechas - ataca os mais frágeis e indefesos com uma exibição perversa de peças metálicas articuladas capazes de atropelar, amassar, comprimir, acuar, expulsar. Outro discurso de provocação comum são os vidros escuros, imponentes também pelo tamanho: pode-se ver o outro sem ser visto, o que possibilita um diferencial de poder da maior importância quando se está numa situação de guerra. Esses carros gigantes já funcionam como guaritas ambulantes de condomínios fechados, como verdadeiros tanques de guerra. Intensificam a equação, que é proposta em vários campos discursivos, entre segurança e conforto, ambos alcançados através de uma violência reativa. Parte-se do princípio de que a rua é perigosa e projeta-se uma solução tecnológica de antecipar-se à competição por espaço, liberdade de movimento e defesa. E não apenas funcionam como tanques de guerra, mas também como jaulas de ferro que, no limite de seu poder mítico de isolamento, permitirão salvar ao condutor e ao seu núcleo familiar mínimo. Essa idéia da salvação da família nuclear pelo conforto de um bunker em movimento para auto-exílio fica praticamente demonstrada nas imagens das publicidades desses carros: apesar de enormes, não foram fantasiados para transportar mais que quatro pessoas, de ambos os sexos e de duas gerações. Esses super-carros representam também a tecnologia de ponta, cuja arrogância se expressa em sua capacidade de dominar a natureza, submetendo-a aos caprichos do homem - e agora a exclui do cenário, empobrecido das espécies humanas e animais. Enfim, uma versão mesquinha e desnaturada da Arca de Noé.

Nesse crescendo perigoso da privatização dos serviços de segurança e da expansão da violência reativa ambulante, além dos veículos gigantes chega-se aos veículos inatingíveis: os carros blindados, que proliferam nas grandes cidades brasileiras e cuja existência põe em cheque o próprio horizonte da cidadania e da legalidade. Dado o preço proibitivo da blindagem, é óbvio que esses carros pertencem a um pequeno contingente de ricos e poderosos. A questão é saber se todos os membros dessa minoria que necessita de um modo tão extremo e privilegiado de circulação pelas cidades são de fato “de bem”. Como se a reprodução da violência não fosse consequência do modo como a riqueza e os privilégios estão distribuídos atualmente na sociedade

brasileira. E há ainda uma profunda ambigüidade de valor presente na idéia mesma de blindagem, equivalente à ambigüidade da arma de fogo: permite o distanciamento estratégico que coloca o indivíduo rico e influente numa posição vantajosa no momento da eclosão da guerra social urbana que se ganha ou se perde basicamente por meios tecnológicos. Aqui já ficam imbricadas não mais duas, mas três dimensões do problema: tecnologias de segurança, alvos prováveis da violência e disseminação desigual de direitos e valores democráticos.

Considero o carro um elemento tão importante dessa equação porque ele garante o recurso chave para a conquista da segurança e do ataque violentos: a velocidade. Carros e armas de fogo fecham o círculo tecnológico do potencial de velocidade que possibilita a expansão da violência urbana. Desarmados e tolhidos da mobilidade sem limites precisos do carro particular, os indivíduos dispostos a reagir ou a iniciar atos de violência terão suas margens de manobra drasticamente diminuídas. Com Paul Virilio, há que reiterar que a velocidade é o diferencial por excelência da prepotência desafiadora e da imposição violenta da desigualdade e da exclusão na nossa sociedade.

Visito por um instante uma loja especializada em equipamentos de segurança. Do lado de fora, em plena calçada, estão expostos uma dezena de vidros e portas de carros, já submetidos aos mais modernos processos de blindagem. Todos receberam tiros de balas de diferentes calibres e podemos comparar a marca deixada por um tiro de 22 com outra, significativamente maior, impressa por um tiro de 38 ou de 45. O dono da loja se aproxima, sorridente e orgulhoso de poder dizer que nenhuma bala atravessou o pára-brisas ou a lataria do carro. Com um olho celebra a chegada ao mercado brasileiro dessa tecnologia defensiva e com outro me espreita enquanto me escuta. Espera - e deseja - ouvir de mim os termos chaves que denunciem meus sentimentos e valores de ódio e a partir de que dimensão pessoal externalizo minhas fobias anti-sociais - de classe, de raça, de região urbana. Enfim, quer certificar-se de que exercito as já previsíveis abjeções de classe em relação àqueles que caem no estereótipo dos bandidos, ou das pessoas perigosas. Gostaria de saber se meu carro é importado e usa termos bifurcados, entre a paranóia e o prazer, entre o medo e o desejo, entre a raiva e o privilégio, entre o discreto e o exibido. Dispõe-se a dar conselhos sobre o bem-viver protegido, uma vez que o ramo de “legalidade” e “integridade” de minha atividade profissional esteja satisfatoriamente esclarecido. Juiz de Direito, empresário, político, funcionário de altos escalões, executivo, consultor de organismos internacionais... menos que isso o sorriso amarelece. Não se vende segurança para gente comum, para quem não apresenta fobias, nem exhibe um jargão de poder. Enfim, para quem não declara suas convicções de uma sociedade dividida em duas categorias de seres - humanos (nós) e não humanos (eles).

Contratar guardas pessoais é reforçar um vasto número de práticas violentas. Em primeiro lugar, o próprio guarda, convencido de que está do lado do bem, necessita construir, à maneira do soldado dos batalhões e regimentos, uma imagem mental, simbólica e psíquica, dos potenciais inimigos ou adversários do seu patrão, como se eles fossem criaturas do mal. Esclareçamos que um guarda privado não é um equivalente do policial civil, que em princípio trabalha com e para a comunidade, a qual não é um adversário seu. O guarda privado é mais próximo, em mentalidade, do soldado de um batalhão especial das Forças Armadas, que tem

introjetada a imagem de um inimigo da pátria. Sua presença massiva e crescente é resultado de uma transposição do ideário da guerra-fria, com os bunkers subterrâneos, apoiada na paranóia ideológica do roubo coletivo, da toma de posses privadas pela revolução comunista. Nessa paranóia de fronteiras que são basicamente sociais e não legais ou ideológicas, o humilde guarda mal-pago tentará influenciar psiquicamente o seu poderoso patrão, confirmando-o, num movimento de retroalimentação, de que estava certo ao contratá-lo para mantê-lo a salvo dos anti-sociais. Uma vez iniciada essa relação de guarda pessoal, o patrão nunca mais viverá tranquilo sem a presença do seu guarda. Como já foi argumentado de inúmeros modos pelos pensadores mais diversos, a energia necessária para desarmar é dramaticamente maior que a energia mobilizada para armar-se. E essa dificuldade cresce quando se nomeia um outro ser armado como extensão de nosso medo: são dois medos, duas defesas, duas disposições para as reações violentas, duas propensões à paranóia.

O negócio da segurança contribui também, como qualquer tipo de serviço que se vende no Brasil sustentado por uma promessa de distinção e exclusividade, para a perpetuação da desigualdade econômica e social vigente, na medida em que se destina a proteger a propriedade privada sem questionar sua legalidade ou o desequilíbrio em que ela se baseia. A pessoa que contrata serviços de segurança terá que “repassar” os gastos para os terceiros, como se diz eufemisticamente: pagar mal e explorar outros para juntar o dinheiro extra para a segurança. Ou, no caso da simples propriedade privada, elevará o valor comercial do imóvel protegido por tecnologias de segurança. É comum afirmar que o estado desvia verbas importantes da área social para a segurança. Outro sintoma, porém, paralelo a esse, é que também as famílias deslocam recursos importantes, que deveriam ser usados na humanização dos seus membros (e sobretudo dos jovens), o que ajudaria a construir uma verdadeira segurança pessoal e inter-pessoal, e os gastam com um produto estéril e caro, que é essa “segurança”. Todo processo de medo permite supor que, num grau menos aparente que o discurso externalizado, a idéia de segurança por armas, barreiras ou monitoramento, gera insegurança.

III. Grades, cercas, televigilância: a gradação violenta da segregação

Em agosto de 2000 os jornais noticiaram a colocação de cercas eletrificadas em volta de um condomínio fechado perto da cidade de Ribeirão Preto. Esta é uma região extremamente próspera do país, onde vive uma classe média que teve acesso ao melhor que o estado brasileiro já conseguiu prover até agora em termos de serviços públicos e de incorporação à cidadania: educação, transporte, escola pública, universidade, etc. A matéria feita pela TV mostra senhoras de “boa índole” contentes com a decisão de se eletrificar as cercas. É impressionante como uma classe média que se vê ordeira e cumpridora das leis não questiona sua própria disposição para torturar um outro ser humano, mesmo que este seja um ladrão. Já não se trata de pensar em punir um ladrão segundo o valor do que furtou, mas de tirar-lhe a vida pelo simples ato de roubar, mesmo que por algo irrisório. Seria a chance da classe média de retrucar na mesma medida da desumanidade que a aterroriza e da qual se protege: do mesmo modo que um assaltante mata um ser humano por um walkman, também os habitantes do condomínio poderão eletrocutar um ser humano por tentar roubar esse mesmo walkman. Já se opera folgadoamente, no subtexto dessa decisão, com a idéia de duas naturezas humanas: a natureza daqueles que são iguais a eles

mesmos (a única humanidade que vale, obviamente) e a dos perigosos, que nada vale. A proteção contra assaltos serve também como um álibi moral: permite à classe média se auto-proclamar como boa, se auto-conferir um título de retidão, independente das ações ilegais ou semi-legais que realize na esfera de suas relações com as instituições do estado, tais como a Receita Federal, por exemplo.

Na verdade, é a mesma imagem de um campo de concentração no qual se inverteu apenas o ângulo de dobra da cerca: o espaço confinado é o espaço de fora do condomínio, onde vivem as pessoas cada vez mais carentes dos implementos de cidadania que estão sendo todos transferidos para o interior dos condomínios. O que muitos jovens delinqüentes querem é sair do confinamento de uma rua empobrecida e também poder transitar livremente pelos espaços melhor equipados dos condomínios. Passam a desejar, com a intensidade da transgressão, os objetos que circulam dentro dos condomínios justamente como uma expressão desse anseio por também participar e de serem incluídos na ordem urbana plena da cidade em que vivem. Assusta constatar que a discussão sobre a implantação dessa cerca prescindiu de qualquer concepção universalizante do que seja o ser humano. Se porventura um choque elétrico chegar a matar alguém, não será um problema moral, mas estritamente legal - eis o que dizem insistentemente os moradores, síndicos e advogados desses cárceres voluntários de ricos.

Em Iracemápolis, cidade próxima a Campinas, o prefeito tomou uma decisão ainda mais desarmônica, segundo a lógica da pacificação e do desarmamento através do convívio: mandou cercar a cidade inteira com arame farpado. Ninguém entra nem sai desse lugar por livre e espontânea vontade. Se calculamos a população local em cem mil habitantes, os controladores dessa decisão paranóica e discriminadora operam com a idéia de que pode haver, potencialmente, 169 milhões e 900 mil assaltantes, bandidos, estupradores e assassinos no Brasil; e devem operar com um cálculo oposto, altamente lisonjeiro para os que se enredaram no interior do município ao concordarem com essa atitude xenofóbica: que Iracemápolis é a terra das pessoas de bem do Brasil.

Conforme já argumentei num outro ensaio sobre a claustrofobia dos espaços que se fecham, as grades, os muros, os olhos eletrônicos, as catracas, não são objetos inertes, mas discursos de provocação, de agressão. São insultos plasmados em formas de arquitetura. Acenam para o desejável pelos excluídos e afirmam o compromisso daqueles que se fecham para proteger-se de que não aceitarão dividir os bens que acumularam - todos eles retirados, evidentemente, do espaço público do qual agora se afastam.

Da perspectiva do contingente poderoso - da classe média aos ricos - já não haverá mais espaços abertos. Já não sobrar nenhuma área literalmente pública, isto é, de livre acesso e circulação para qualquer um. Todos os condomínios são fechados e suas entradas são monitoradas e controladas com guaritas, guardas, interfones, crachás. Os saguões dos edificios residenciais estão sendo cercados; os estacionamento, fechados. Até mesmo ruas de cidades já são fechadas com grades, contrariando as leis mais inequívocas do direito de circulação. Assim como na cidade no México, ruas de Porto Alegre já estão fechadas a "estranhos". No Recife, inúmeras praças já são inteiramente gradeadas, com cadeado e controle de entrada. Em Brasília, cidade monumento, patrimônio cultural da humanidade tombado pela UNESCO, o governo federal

mandou construir irregularmente uma grade na Praça dos Três Poderes, barrando a aproximação, ainda que do outro lado da pista, ao Palácio do Planalto. Em frente ao Congresso Federal, a casa do povo, grades impedem agora o acesso à rampa e às cúpulas do Senado e da Câmara e um lago artificial, também construído fora da lei do tombamento, barra a entrada principal da casa. Todos os ministérios, instituições federais e distritais, Departamentos, Tribunais, Conselhos, Fundações, são hoje locais de acesso barrado, controlado e limitado, incluindo seus estacionamentos. Sem falar das empresas, lojas, shoppings, obviamente protegidos 24 horas por inúmeros dispositivos de segurança e monitoramento.

Eis o que se passa atualmente com as áreas residenciais do Distrito Federal, orgulho do urbanismo nacional. Nas avenidas W3 Sul e W3 Norte, todas as casas são inteiramente gradeadas, bem assim como as igrejas das entrequadras. Há enormes jardins na cidade que ninguém usa, como os das W3, precisamente porque estão fora das grades. Dentro dessa nova lógica social da segurança, se algum espaço está fora das grades, é perigoso, isto é, inabitável. O Lago Norte e o Lago Sul, de ponta a ponta, têm suas casas gradeadas. Lembremos que o mesmo processo de gradeamento já se generalizou no Guará, em Taguatinga, em Ceilândia, em Sobradinho, em Planaltina. Todas essas cidades são agora construídas como espaços perigosos e que exigem barreiras de proteção para suas residências 24 horas por dia. Instalou-se a concepção do viver urbano como isolamento em universos à parte, segundo o modelo xenofóbico dos condomínios fechados que a nossa classe média branca herdou da classe média branca norte-americana.

E o quadro piora: a Câmara Distrital de Brasília acaba de passar uma lei que obriga a todos os conjuntos das quadras do Lago Sul a colocarem guaritas nas suas entradas. É o exato equivalente da rua tradicional, na Capital da República, cuja morte já foi decretada. A Área Octogonal é inteiramente cercada, com guarita e guardas, e já existe o projeto de fechar também o Setor Sudoeste. Um pouco mais de pressão dos poderosos e fecham-se o Lago Norte e a região das Mansões do Lago. Quando isso ocorrer, o Plano do Piloto ficará inteiramente cercado de espaços onde ninguém poderá mais circular livremente. Isso dará a deixa para que decidam fechar de vez cada uma das suas super-quadras e interromper o fluxo livre pelos espaços verdes. O fechamento assim se generalizará numa hostilidade ao público em um grau provavelmente sem precedente em toda a história do urbanismo mundial. Pois essas grades intra-bairros, intra-ruas, intra-conjuntos e intra-casas comporão com enormes espaços vazios e intransitáveis entre os bairros, dada a segregação brutal provocada pelas distâncias entre o Plano, as cidades satélites e cada uma delas entre si.

O paroxismo dessa paranóia generalizada por controle e segurança foi alcançado pelas decisões recentes de grandes universidades públicas e gratuitas de se fecharem atrás de grades. A Universidade de Brasília mandou colocar grossas e imensas grades de ferro em todas as entradas do seu edifício principal, o Instituto Central de Ciências. Na medida em que a Faculdade de Tecnologia está inteiramente cercada e a Faculdade de Saúde mantém uma única entrada aberta, significa dizer que a idéia de um campus aberto para a livre circulação de pessoas em busca do conhecimento já está seriamente ameaçada. Já a maior universidade do país, a USP, adotou uma solução de controle total: além de reforçar as guaritas das entradas, decidiu instalar câmeras de vídeo por todo o campus, 24 horas por dia, para vigiar os passos das 80.000 pessoas que circulam diariamente pela universidade. É simplesmente transformar a vida universitária numa réplica da vida numa grande penitenciária de segurança máxima. E a Universidade de Campinas, outra referência importante para a vida intelectual brasileira, procedeu ao cercamento total do campus. Enfim, justamente as instituições que deveriam servir de reserva de reflexão e prática de integração, dado o ideal de abertura inerente à utopia da sociedade do conhecimento,

resolveram render-se à mesma mentalidade segregadora que provoca exclusão, ressentimento e seu correlato imediato: violência reativa e hipertrofiada.

A lei geral de todo esse movimento de segregação social e de classe sistemática no Brasil contemporâneo parece clara: toda a riqueza, todos os melhores serviços, todos os espaços físicos privilegiados por sua beleza ou por seus recursos, serão guardados atrás de grades e controlados por televigilância para usufruto de uma minoria da população que possui o poder de legislar em causa própria. Não é preciso muita argumentação para pensar que um egoísmo social quase absoluto como esse só pode gerar uma reação de ressentimento e ódio também profundos por parte daqueles que são alvo dessa exclusão - os pobres, os que moram na periferia, os que não têm voz para mudar as leis de ordenamento do espaço público e de proteção do caráter coletivo dos serviços e dos recursos. Em suma: a expansão metonímica da segurança provoca a expansão dos mecanismos de segregação social, que convidam a um acirramento sistemático das relações violentas entre os contingentes separados pelas grades, concretas e virtuais.

Vários mitos e sofismas acerca dessas tecnologias devem ser desconstruídos, se queremos entender de fato o que se passa. A privatização da segurança nem sempre ocorre segundo o desejo de moradores, mas de companhias que vendem equipamentos. O mundo da segurança é também um mundo de mercadorias, de ações no mercado financeiro, de campanhas de publicidade. É preciso converter o ambiente da tecnologia em um mundo desejante. “Estar seguro” implica o prazer (para muitos de nós, um tanto duvidoso) de saber que se está no meio de uma guerra civil, só que a salvo dos perigos devido à proteção oferecida pelos equipamentos. Se o mundo fosse inteiramente pacificado, não seria tão interessante estar a salvo. Há um ingrediente claro de aventura nesse imaginário de segurança. O que é grave como constatação: há um certo grau de descolamento do real nesse fascínio por aparelhos “cientificamente” destinados a proteger, de assaltos e roubos, aqueles que possuem bens de sobra. Aqui ocorre uma superposição de vários planos de discurso, capazes de provocar esse descolamento: primeiramente, o discurso social, familiar, de vizinhança, de amigos - enfim, o circuito direto, boca a boca, da insegurança e do medo; em segundo lugar, o discurso da propaganda especializada, que mimetiza e potencializa o discurso doméstico desse duplo vínculo entre medo e fascinação, entre afastar-se e chegar perto da fonte do perigo; e em terceiro lugar, o discurso midiático no sentido amplo, que utiliza filmes, notícias, reportagens, próprio para o sonho de enfrentar e dominar os seres violentos.

Uma vez que os seguranças estejam armados, imersos num universo discursivo e corporal belicoso, desejarão eles mesmos “mostrar serviço” a seus patrões e fazer uso das armas. Esse é um mecanismo psíquico que independe do conteúdo. Mais: a instalação de um universo discursivo “profissional” retira dramaticidade e tragédia da violência. A eliminação do outro que ameaça se transveste mais facilmente em um “trabalho”, com a banalidade dos acordos de horários e salários entre patrão e empregado - sem deixar de fora a lógica da “produtividade”, no caso, transvestida de “bravura”, seja na guerra, na polícia ou na guarda privada .

IV. Tecnologia e paranóia

É preciso ler as inovações tecnológicas não somente da ótica do poder das estruturas, seja do estado ou das corporações, mas também dos indivíduos, que já começam, por seu lado, a ocupar o mesmo lugar centralizador do sistema repressor e controlador que gera a paranóia

totalizante atual. O Bina, por exemplo, começou como um recurso de localização para proteger o indivíduo contra os trotes e as invasões de privacidade. Sua primeira promessa foi prover o cidadão “honesto” de informação que ajudasse a acionar a polícia - enfim, mais segurança, a velha moeda forte da chantagem contemporânea do consumo. Já hoje em dia o Bina no telefone celular extravasou sua função de escudo e filtro e passa a ser uma máquina de localização dos parceiros, de nossas relações diádicas oferecendo, não somente o número que nos chama, mas de onde vem a chamada. Logo, logo, poderá inclusive colocar à nossa disposição um mapa da cidade com a esquina ou cruzamento exatos de onde veio a ligação. Enfim, é só uma questão de tempo para que aquela informação que estava à disposição exclusiva de uma central da polícia seja acessível ao cidadão comum. Aí o telefone já não será mais um mero aparelho para comunicação entre civis, mas basicamente uma unidade eletrônica de rastreamento. Deixemos de lado as consequências, mais óbvias, de tipo ideológico, político, militar e mafioso dessa disseminação dos centros tecnológicos de emissão e recepção de mensagens. As relações interpessoais também poderão ser minadas por um idioma paranóico de insegurança, de desconfiança e de controle. Ao receber a chamada de um parceiro, de qualquer tipo, já não serão apenas as palavras ditas que rastreadei, mas o eco de minhas suposições e fantasias acerca do que esse considerado estará fazendo naquele lugar de onde me chamou.

Aqui, penso que avançamos para além do dispositivo do Panóptico de Bentham, tantas vezes mencionado por Michel Foucault. O grande teórico moderno do poder sempre descreveu um sistema que ainda conseguia guardar para si o lugar privilegiado e único de centro de uma esfera social a partir do qual podia fazer uma varredura constante e sistemática para vigilância e controle, sempre com a mesma eficácia e sem competidor na sua perspectiva perfeita de visão. E mesmo Paul Virilio, décadas após Foucault, ainda analisa a televigilância da perspectiva principal de uma rede ou pelo menos de um feixe central, sem perceber a tendência por inverter vertiginosamente a equação da televigilância. Na verdade, procuro seguir aqui os passos do movimento iniciado por Gilles Deleuze no seu magistral ensaio sobre a passagem das sociedades da disciplina para as sociedades do controle. Em resumo: daqui a muito pouco tempo já não será o sistema o dono exclusivo do Panóptico: todos nós teremos acesso à condição panóptica. O sistema terá o mesmo número de centros que o dos indivíduos a ele ligados. Todos poderão vigiar a todos. Como no caso do telefone celular, que rastreia e controla antes de comunicar, o difícil não será rastrear os outros, mas conseguir manter-se irrastrável. Sempre se leu (e se fantasiou) o poder da perspectiva de quem controla os outros - o Estado, a polícia, a Receita Federal, o banco, a mídia, a corporação. Agora, o valor maior de todos - e que caberá a muito poucos - será o da privacidade.

A violência crescerá também pelas turbulências de acesso diferenciado ao uso da tecnologia. O desequilíbrio tecnológico - inclusive o desequilíbrio estritamente de velocidade - estimulará o exercício da dominação e conseqüentemente da violência. Por exemplo, tudo indica que o uso das armas de fogo é mais destrutivo nos ambientes de diferenças marcadas em tecnologia: a suposição de desigualdade de poder mortífero é um fator básico para o crescimento da violência. O equívoco de um país como os Estados Unidos (nossa referência incontestada de “segurança” tecnológica ultra-moderna!) é crer que a ampliação do acesso às armas - no aprofundamento de um ideal de equanimidade da capacidade destrutiva - fará diminuir esse tipo de violência, com a conseguinte diminuição do número de mortes. Outro problema: meu parceiro descobre um uso de um aparelho qualquer de comunicação que desconheço e com isso me engana; quando descobrir, poderei reagir com violência. Com essa tecnologia de defesa usada para o ataque, o mundo se transformará numa guerra de esperteza: onde encontrar brechas, alternativas, atalhos, pontos vazios, eixos dúbios, núcleos ocultos, disfarces, apagamentos de

pistas. Isso crescerá para todos os lados: no interior da família, nas amizades, no trabalho, nas corporações, nas prisões, nas polícias, nas máfias, tanto nas suas dimensões micro como nas macro. O que será corroído será a crença - simples, direta, banal, até, ainda que milenar - na palavra do outro. No caso da Internet, cuja relação com a expansão da violência ainda exige mais estudos, os recursos de vigilância e de controle são ainda maiores e tendem a aumentar dado o potencial de exploração, escuta, acúmulo de informação e lugares de esconderijo. Na mesma medida, a função do policial na Rede Mundial provoca uma cadeia ainda maior de reações de violência e destruição.

A vigilância num mundo de desigualdade extrema como o Brasil é simplesmente a radicalização da desconfiança coletiva. Mais, é a dissolução da possibilidade de dissipação da desconfiança pelo exercício dialógico. Contra Buber e Lévinas, o homem deixará de ser um ser essencialmente dialógico e a palavra terá um peso cada vez mais secundário. O Brasil pode perfeitamente bem ser um dos países a radicalizar essa nova patologia dada a disparidade vertiginosa de velocidades tecnológicas, incluindo as mais recentes inovações. A vertigem que provoca a adaptação forçada e rápida a tantas e tão complexas mudanças é causadora de inúmeros distúrbios mentais que ainda carecem de equacionamento especializado. Muitos desses novos desequilíbrios adaptativos encontrarão seu paroxismo na agressão ou na discriminação social explícita, que virá somar-se às nossas fobias sociais já tão estabelecidas, como o racismo, a homofobia, a misoginia, a xenofobia, o regionalismo, etc. Sem forçar demais o raciocínio, a tecnologia de vigilância pode assumir internamente o efeito próximo de uma droga ou de um estimulante químico. Por que é mais patológico um comprimido de ecstasy ou uma ingestão de um litro de cachaça que a construção de uma grade eletrificada em um condomínio onde moram pessoas “de bem” ?

Seguindo os passos da discussão sobre os carros gigantes, blindados e super-equipados, há que enfatizar uma vez mais que a violência simbólica e sensorial dos poderosos se apóia em vários planos: em primeiro lugar, numa forte ostentação de pertença à modernidade tecnológica, a qual promete invulnerabilidade aos que a detêm. Daí essa demonstração pública de onipotência, expressa na cabine de controle dos carros que já trabalham com um imaginário de uma cabine aeroespacial (emparentada, obviamente, à cabine de controle dos espaços de circulação pela televigilância), isto é, já promovem um certo descolamento do espaço comum da rua onde circulam os reles mortais: protegidos pelo tamanho, pela altura, pela blindagem, muitas vezes pelo som alto, fantasia-se o acesso a uma condição de sobre-natureza. Há ainda algo mais que é básico para a construção dessa sensação de superioridade: o fato de que a maior parte desse poder depende de um desrespeito às leis vigentes. Isso ajuda a construir o detentor dessas máquinas de defesa e ataque como um ser privilegiado, que está por cima da lei ordinária. Esta é a mensagem passada continuamente para os que não têm privilégios, a qual lhes provoca profunda irritação, inveja e um sentimento dúbio de identificação e de ódio mortal. O lugar do sujeito narcisista, ostentador e onipotente é um lugar desejante; mas todo sujeito concreto que assim se apresenta deverá ser atacado sempre que possível.

V. A violência na juventude: prepotência e ressentimento

O cerne deste argumento é a forte tendência à polarização dos contingentes humanos no Brasil, intensificada na mesma medida em que o modelo econômico continua concentrando renda e reduzindo as expectativas de inclusão ao mundo do bem-estar para dezenas de milhões de pessoas. Alguns lugares tornaram-se ícones internacionais do apartheid, como a África do Sul, o Zimbábwe e Israel. E também as favelas cariocas, são também referência mundial dessa distopia da violência. Elijo dois espaços como emblemáticos dessa guerra surda que se expande

entre muros e intra-muros: o mundo dos condomínios (que representam o sonho da maioria esmagadora das classes médias e altas no Brasil) e o mundo da periferia suburbana, com sua carência de empregos, assistência do Estado e implementos de lazer e educação. Nesses dois espaços, os atores sociais que mais nos preocupam são os jovens: eles recebem o pior dos dois lados e são convidados a reproduzir a ordem da violência na qual ingressam. Entre eles abundam os discursos cruzados de agressividade, as mútuas projeções de exclusão e integração, os anseios por controle, domínio e libertação das amarras - distintas, porém simétricas - a que estão submetidos, uns contra os outros, no limite da desintegração para onde tendemos, todos contra si mesmos. Simulemos sintetizar os sentimentos gerados entre os jovens, nesse jogo hiper-complexo de fatores e condicionantes cuja articulação em várias dimensões poderá ajudar-nos a formular um algoritmo da violência endêmica a esses dois espaços.

Primeiro, um esboço do algoritmo da violência nos condomínios fechados de classe média. Há alguns anos atrás a TV Globo fez uma excelente matéria sobre o condomínio de ricos chamado Alphaville em São Paulo. O significante dominante da matéria era a prepotência dos jovens, “filhinhos de papai”, que vivem uma vida quase sem limites, segundo os padrões da lei que apertam sobretudo quem é mais pobre e está do lado de fora e excluído do convívio e dos bens dos que vivem no interior daquela prisão de classe alta. Mesmo um programa tão superficial quanto o Fantástico listou um conjunto de fatores articulados que compõem esse algoritmo: exclusão social; segregação espacial; homogeneidade discursiva sobre a segregação; consumismo obsessivo; acesso fácil às armas; discurso de desejo das armas; afirmação da virilidade. Tudo isso parecia ser resumido numa única palavra: prepotência. Lembremos aqui o caráter masculino desse surto de anomia e violência entre os jovens: os homens detêm a tecnologia de confecção das armas; o controle nacional e internacional de sua produção, de sua distribuição pelo mundo, de sua venda, de sua tecnologia, de sua publicidade... e de seu desejo. O uso cada vez mais generalizado das armas de fogo só se entende assim. Mas a prepotência não é apenas uma atitude psicológica concentrada nos homens e resultante de uma série de fatores: ela é também um objeto de desejo, expresso numa gama de significantes desejados. Há, pois, um glamour da prepotência, vendido em suas várias versões neo-tribais: a prepotência estilo executivo, estilo pitt-boy, estilo mala, estilo gangsta rap, estilo junkie, etc. Ser prepotente passa a ser um dos modos de se ser jovem de classe média no Brasil. E há ainda uma prepotência própria das jovens, com seus vários tipos, distinta da prepotência masculina, ainda que menos letal por não incluir armas de fogo.

Sintetizo agora o algoritmo da violência na periferia das grandes cidades. Abundam os estudos que identificam os fatores condicionantes da eclosão da violência entre os jovens da periferia - na verdade, talvez eles nem sejam específicos da situação brasileira. Os fatores predominantes são: a baixa presença das instituições do Estado - precariedade dos serviços públicos nas áreas de saúde, educação, transporte, saneamento básico, limpeza, urbanização; alto índice de desemprego; desestímulo para o esforço de estudar; pouquíssimas opções de lazer; convívio íntimo com o tráfico de drogas; altos estímulos para o consumo através das imagens desejanças da publicidade, sobretudo da televisiva; fácil acesso às armas de fogo, que circulam em grande quantidade e a preços irrisórios; desejo das armas; consciência clara de ser discriminado, por inúmeros sinais diacríticos: lugar onde mora, modo de falar, modo de se vestir, aparência racial, etc. Enfim, viver na parte menos assistida da cidade não mobiliza preocupação por parte dos que mais têm; pelo contrário, provoca reações de desprezo, estigmatização, sentimentos de abjeção e repulsa. O corpo, a aparência, absorve e condensa esse feixe de

atributos negativos da periferia que se expressa numa simbologia inequívoca, construída em parte de signos copiados de uma imagem transnacional do marginal urbano, sobretudo do que é habitante dos países ocidentais ricos.

E aqui uma dimensão nacional da violência comparece quando constatamos que os símbolos dominantes desse todo social que se esfacela são derivados das imagens dos jovens periféricos: a referência de subjetivação e alteridade, tanto para o jovem rico quanto para o jovem pobre, é o modo de apresentação do jovem pobre. O jovem rico constrói-se a partir da negação dessa aparência vista por ele como maldita. Quando se diz que a violência está disseminada pela sociedade brasileira como um todo, isto significa admitir que há uma camada simbólica compartilhada e passível de generalização, mesmo que sua recepção seja cindida a ponto de provocar mortes. É aqui que se pode postular, apesar de toda a exclusão, que a sociedade é uma só. Ou seja, infelizmente, a exclusão é social, política, econômica, justamente porque há um acordo simbólico que podemos (ainda, em dias de globalização e fragmentação neo-liberal dos laços macro-sociais) chamar de nacional. Essa presença que se pretende negar - e, no limite, eliminar - qual seja, a do jovem pobre cuja aparência ameaça a nação, pode ser associada a uma outra questão central - e violentíssima - da sociedade brasileira: o branqueamento, isto é, esse movimento racista em que todos procuram posicionar-se de modo a se distanciar tanto quanto possível da condição negativa primordial, socialmente destruidora para o eu, de ser negro no Brasil. Daí essa dedução precisa e profunda, de fina acuidade sociológica, de muitos rappers, que identificam explicitamente a condição de negro com a condição de habitante da periferia.

Colocando agora lado a lado os dois algoritmos, tento descortinar seus pontos de articulação. A idéia do escudo, da proteção, do filtro, do radar, da grade protetora, do muro intransponível, conquista a cada dia maior espaço hegemônico e já começam a caducar os pressupostos clássicos da modernidade alcunhados no século dezanove, com suas metáforas de abertura, encontro, curiosidade, pesquisa, interesse, açambarcamento, alargamento de horizontes, etc. Se as ciências da sociedade e da cultura surgiram desse movimento de ampliação do espaço humano pelo mapeamento das alteridades, o movimento agora, expresso abertamente na violência contida no ideário da segurança tecnológica, é de xenofobia, de horror ao estranho, a tudo que não é exatamente controlado e enfraquecido por um rastreamento rigoroso de sua inócua mesmice. A raiz *xenós* deve ser recuperada em sua significação primeva, além do seu sentido atual do outro que carrega consigo um passaporte estrangeiro, mas de todo aquele que é capturado e estranhado pela tela dos aparelhos de vigilância - todo aquele que irrompe na paisagem infértil do imaginário tautológico dos espaços de segregação. Tornar-se diferente dentro dessa lógica unicizante, isto é, reclamar o direito à alteridade é cometer um crime de invasão - real ou imaginária, as duas dimensões se equivalem aqui - e todo homicídio (simbólico ou concreto) construído como reativo passa a ser considerado de legítima defesa nesse ambiente de arianismo legal predominante na elite brasileira que justifica o holocausto dos estranhos que habitam o lado de fora das grades onde vivem os ricos.

Os dois algoritmos de classe oferecem o quadro básico de possibilidades de eclosão da violência destruidora. É possível identificar três esferas de interação que mobilizam os encontros inter-classes, superpostos à realidade já condicionada pela ativação constante desses algoritmos.

O primeiro deles é o mundo das drogas. O circuito da droga, paradoxalmente, atenua o ódio de classe por permitir a construção de um espelho positivo de dupla face, capaz de refletir os desejos mútuos dos jovens dos dois lados opostos da trincheira social. Do lado dos ricos, propicia o espírito de aventura - sai-se do espaço protegido por grades e chega-se à rua afastada, ao morro, à invasão, ao mangue, ao bas-fond, às bocas, ao umbral entre os dois mundos, à terra de ninguém onde rondam os soldados da polícia e do tráfico. Entram na zona do perigo e da vertigem, ao mesmo tempo em que estão protegidos pelos amigos fornecedores. Do lado dos pobres, ocorre também uma experiência de unidade ao serem procurados pelos ricos e ter a satisfação de ver seu produto valorizado; mais, ao verem refletidos nos olhos dos poderosos imagens de simpatia e interesse em relação a eles. Por um instante, esse mundo altamente segregado, essa versão brasileira do apartheid, aparece como unificada e integrada.

O segundo universo é o do consumo, em suas dimensões nacional e transnacional. Aqui a relação entre os sentimentos dos atores envolvidos, e de cada um dentro de si, é mais conflitiva e vazada por dualidades que se entrecruzam. Por um lado, a sociedade de consumo unifica o discurso inter-classe na medida em que todos desejam os mesmos fetiches. Logo, os movimentos de apropriação (e de satisfação, obviamente, sempre temporária) se bifurcam e um deles opera com uma dobra que aproxima e afasta simultaneamente: ricos e pobres desejam a mesma mercadoria na loja ou na rua; o rico a compra e o pobre desloca seu olhar, passando a desejá-la, já não enquanto mercadoria à venda, mas como propriedade do rico que deve ser assaltada. O movimento especular pode avançar mais, e o rico se apropria de uma versão industrialmente “melhorada” da imagem de periferia do pobre. Esse ato, contudo, é exercitado através de uma violência mimética, de canibalismo imagético, e não de violência interpessoal - o oposto, portanto, do assalto à mão armada, que demarca definitivamente uma ruptura do pacto antes construído entre eles quando se cruzaram, cúmplices, no ato da transmissão da droga. Pode-se então concluir, provisoriamente, que o ódio de classe, no plano estrito do fetiche do consumo, talvez seja unilateral: é o ódio da vítima, e não necessariamente do assaltante.

A guerra surge - isto é, o ódio generaliza-se e se multiplica mutuamente - no terceiro plano, além da droga e dos bens materiais: na segregação espacial. De um lado, a construção do lugar de moradia inacessível e inexpugnável (a fortaleza) é racionalizada por um discurso de desumanização do outro, explícito e escancarado na fala da classe média que se fecha em condomínios e atrás de grades; do outro, como sub-texto do ressentimento do assaltante da periferia que invade os umbrais tecnologicamente defendidos à cata da integração que lhe foi negada.

Regressando ao tema geral da obra, qual seja, a violência policial, esta se constrói como uma trincheira posta em continuidade com as cercas eletrificadas, os controles de guarita e as câmeras que procuram identificar estranhos. No imaginário violento que se intensifica, o policial armado está de frente para as classes populares e para elas aponta suas armas de destruição, enquanto suas costas oferecem aos ricos a primeira linha de proteção, antes das grades. Esse imaginário, porém, calcado nos valores de privilégio das classes com poder e riqueza, gera medo e ódio e, no horizonte máximo de seu alcance, convida a esquizofrenia. A mesma necessidade de proteger-se, de confinar-se, de isolar-se do burburinho da vida, gera solidão e insatisfação. Do lado de dentro das grades está a segurança, porém do lado de fora está a vida. A experiência da segurança total é a morte. Para suportar a menos-vida da segurança é preciso ir à cata de um intensificador, mesmo que seja químico, como a droga. Daí a busca da experiência de intensidade, que quase sempre só se encontra fora, na zona do perigo, além da barreira de proteção montada pela polícia. Assim se gera a estrutura do duplo vínculo, tão bem teorizado por Gregory Bateson, constitutivo da posição de auto-segregação posta em prática pelas classes

média e alta: proteja-se das classes populares, porque são perigosas; entre em contato com as classes populares, porque elas lhe proverão o elemento dionisíaco necessário para a intensificação da sua vida.

VI. Tecnologias de segurança e expansão da violência

As tecnologias de segurança se expandem de modo avassalador atualmente pela classe média e pela elite brasileira e são vendidas como panacéia para os males identificados na sociedade. Seu efeito social é intensificar ainda mais a desigualdade e aprofundar o fosso do ressentimento que busca sua evasão no homicídio. Esse projeto de defesa, propagandeado como mais uma instância da quimérica modernização da nossa sociedade, tem como sub-texto legitimar a primazia do ato violento que se auto-define como violência reativa. Enfim, elas possibilitam a formação de uma nova cadeia causal de destruição dos espaços de convivência e alteridade, fazendo-a passar por efeito. Esse segredo, porém, é conhecido de todos, e convida a uma declaração explícita de ódio e repúdio, qual seja: a violência reativa dos excluídos como resposta à violência reativa dos que excluem. Encerremos: cada nova grade de ferro, cada nova área pública fechada ou esvaziada de encontros entre seres humanos conduz a um acirramento do ódio, é um novo estímulo para a intensificação da violência reativa. Quanto maior o confinamento e a exclusão, mais nos distanciamos da pacificação social. Para tal loucura de ter e de poder, em que se matam mutuamente e entre si os que têm e os que não têm, só a solução de um louco que nada tinha e que tudo dava: o cidadão chamado Gentileza, que morava nas ruas do centro do Rio de Janeiro, escrevia nos muros, postes e viadutos mensagens de paz e que sempre reiterava a mesma expressão amorosa: Gentileza gera gentileza.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Trabalhei seguindo trilhas já abertas por outros pesquisadores. Apresento então referências gerais de estudos e análises que complementam, fundamentam e expandem os vários temas aqui discutidos.

1. Para a articulação desses vários planos, de atos, discursos, projeções, expectativas, fantasias, medos, cálculos - enfim, na busca de formalizar um algoritmo da violência tecnológica reativa - inspirei-me livremente no tipo de pensamento exercitado por Gregory Bateson, de quem recomendo:

BATESON, Gregory *Una Unidad Sagrada. Pasos ulteriores hacia una ecología de la mente*. Barcelona: Gedisa, 1999.

2. Para um panorama geral dos estudos de violência e o significado relativo de algumas taxas de homicídios em uma perspectiva global:

HÉRITIER, Françoise *La Violence*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1996.

LIPOVETSKY, Gilles *Violências selvagens, violências modernas*. Em: *A Era do Vazio*. Lisboa: Relógio D'Água, 1989.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder et alii *Linguagens da Violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SOARES, Luiz Eduardo *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ISER/Relume Dumará, 1996.

ZALUAR, Alba A *Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local*. Em: Gilberto Velho & Marcos Alvito (orgs), *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ - Editora FGV, 1996.

3. Para o conceito de violência reativa, inspirei-me nos conceitos de violência fundadora e violência conservadora, teorizados por Walter Benjamin para o caso da violência do estado e das instituições e desconstruídos magistralmente por Jacques Derrida:

BENJAMIN, Walter *Para la crítica de la violencia*. Em: *Angelus Novus*. Barcelona: EDHASA, 1971.

DERRIDA, Jacques *Fuerza de Ley*. El "fundamento místico de la autoridad". Madri: Editorial Tecnos, 1997.

4. Sobre a violência gerada pelo desejo de consumo entre os jovens:

CARVALHO, José Jorge *Imperialismo Cultural Hoje: uma Questão Silenciada*, *Revista USP*, No. 32, 66-89, 1997.

Quantos dólares custo eu? *Juventude.com.br*, Revista do I Festival Nacional da Juventude, pág. 22, Brasília, setembro de 1998.

A Morte Nike: Consumir, o Sujeito, *Universa*, Vol. 8, Nº 2, 381-396. Universidade Católica de Brasília, junho, 2000.

5. Sobre as tecnologias de segurança e de controle e a paranóia subsequente:

CALDEIRA, Teresa Fortified Enclaves: The New Urban Segregation, *Public Culture* (1996): 303-328.

_____ Building up Walls: The New Pattern of Spatial Segregation in São Paulo, *International Social Science Journal* (1966): 55-66.

CARVALHO, José Jorge Um Mundo de Grades: da Claustrofobia à Agorafobia, *Caros Amigos*, Ano IV, Nº39, 12-14, junho, 2000 (São Paulo).

DELEUZE, Gilles Postscript on the Societies of Control, *October*, No. 59, Winter, 3-7, 1992.

FOUCAULT, Michel Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

VIRILIO, Paul *A Bomba Informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

6. Sobre a dimensão de gênero, irredutivelmente fundante dos processos de violência:

SEGATO, Rita A estrutura de gênero e a injunção do estupro. Em: Mireya Suárez & Lourdes Bandeira (orgs), *Violência, Gênero e Crime no Distrito Federal*. Brasília: Editora UnB\Paralelo 15, 1999.

SÉRIE ANTROPOLOGIA

Últimos títulos publicados

271. SEGATO, Rita Laura; ALMEIDA, Tania Mara Campos e PECHINCHA, Mônica. Las Dos Vírgenes Brasileñas: Local y Global en el Culto Marianao. 2000.
272. PEIRANO, Mariza G.S. The Anthropological Analysis of Rituals. 2000.
273. BUCHILLET, Dominique. Tuberculose, Cultura e Saúde Pública. 2000.
274. TEIXEIRA, Carla Costa. Mentira Ritual e Retórica da Desculpa na Cassação de Sérgio Naya. 2000.
275. CARVALHO, José Jorge de. Um Panorama da Música Afro-Brasileira. Parte 1. Dos Gêneros Tradicionais aos Primórdios do Samba. 2000.
276. CARVALHO, José Jorge de. The Mysticism of Marginal Spirits. 2000.
277. SILVEIRA, Marcos Silva da. *Hari Nama Sankirtana*: Etnografia de um processo ritual. 2000.
278. RIBEIRO, Gustavo Lins. Post-Imperialismo. Para una discusión después del post-colonialismo y del multiculturalismo. 2000.
279. TRAJANO FILHO, Wilson. Outros Rumores de Identidade na Guiné-Bissau. 2000.
280. CARVALHO, José Jorge de. As Tecnologias de Segurança e a Expansão Metonímica da Violência. 2000.

A lista completa dos títulos publicados pela Série Antropologia pode ser solicitada pelos interessados à Secretaria do:

Departamento de Antropologia
Instituto de Ciências Sociais
Universidade de Brasília
70910-900 – Brasília, DF

Fone: (061) 348-2368
Fone/Fax: (061) 273-3264/307-3006